

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL
ESTADO DE SANTA CATARINA**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2023
Processo Administrativo de Licitação nº 55/2023

BETHA SISTEMAS LTDA., sociedade constituída sob a forma de responsabilidade limitada, sediada na Rua Júlio Gaidzinski, nº 320, bairro Pio Corrêa, em Criciúma/SC - CEP 88811-000, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865-0001-67, regularmente representada, vem respeitosamente à presença Vossa Senhoria, nos termos em que lhe autoriza a Lei Federal n. 8.666/93, para apresentar **IMPUGNAÇÃO** face aos termos do edital supramencionado, o que faz consoante as razões de fato e de direito adiante expostas:

1. Da tempestividade

O presente pedido de impugnação é tempestivo, uma vez que protocolado dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis fixado no instrumento convocatório, vide item 3.1:

3.1 – As impugnações ao edital deverão ser dirigidas à Pregoeira, por meio do endereço eletrônico licitacao@bocaina.sc.gov.br ou protocoladas no Setor de Licitações, situado no endereço indicado no Preâmbulo, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para sessão do pregão.

Observando-se a forma de contagem dos prazos prevista no artigo 110 da Lei n. 8.666/1993, considerando, ainda, que a data fixada para abertura dos envelopes será o dia 18 de setembro de 2023, tendo a Signatária até o dia 14 de setembro de 2023 para apresentar a peça de impugnação.

2. Do mérito da impugnação

a) Da exigência ilegal e arbitrária de fornecimento de dicionário de dados para migração dos sistemas

O Termo de Referência anexo ao edital de licitação dispõe que, a migração do sistema se dará mediante fornecimento de cópia das atuais bases de dados, juntamente com o dicionário de dados e senhas necessárias para acesso completo dos dados.

10.1.5. A migração de informações da CONTRATANTE, até a data de execução desta fase são de responsabilidade da empresa fornecedora dos softwares, cabendo a CONTRATANTE fornecer cópia das atuais bases de dados em formato legível à CONTRATADA em extensão própria (txt ou csv), juntamente com o dicionário de dados e senhas necessárias para acesso completo aos dados.

É de conhecimento notório que, a Betha Sistemas é a atual prestadora de serviços do Município de Bocaina do Sul, nos termos do Contrato Administrativo nº 23/2023. Assim, e compulsando os termos e condições dispostos no referido instrumento, não se vislumbra cláusula contratual que obrigue a empresa a fornecer dicionário de dados e senhas de seus sistemas para acesso dos dados.

Desta feita, com base em qual fundamento esta municipalidade imputa através de um novo certame - que não possui qualquer vínculo obrigacional com a Impugnante - uma obrigação que não compete à atual prestadora de serviços?

Ressalta-se que não cabe a Administração Pública formular requisitos excessivos que acabam desviando do objetivo principal do certame, afinal as imposições devem ser pautadas visando o interesse público. As exigências desnecessárias à garantia da obrigação restringem o caráter competitivo do certame e por essa razão, admite-se tão somente que sejam exigidos os documentos estabelecidos na Lei nº 8.666/93.

No mesmo sentido, quanto aos critérios de habilitação, a Constituição Federal no art. 37, inciso XXI, nos diz que:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**”*

(grifo nosso)

Sem contar o fato de que inexistente amparo contratual, vide Contrato Administrativo nº 23/2023, capaz de embasar a exigência invocada no presente certame. Simplesmente buscou-se através de um novo processo licitatório, estabelecer condições que deveriam ter sido tratadas no contrato já firmado.

Não fosse isso, compete a Beta Sistema tão somente o fornecimento em formato legível, feito isso, a futura contratada estará plenamente apta a executar o processo de migração, não havendo qualquer respaldo, inclusive, para conceder-se “senha”, afinal todos os dados estarão no fornecimento do *backup*.

Pelas razões acima, pugna-se pela suspensão do edital como medida necessária para a correção das ilegalidades e atendimento aos princípios aplicáveis nas contratações públicas. Inexistindo justificativa técnica ou contratual que obrigue a Beta Sistemas a fornecer dicionário de dados ou senhas a futura contratada, o referido item deve ser obrigatoriamente alterado, pois adentra aos interesses e direitos do particular.

b) Da ilegalidade do percentual de aderência durante a fase de amostras

O instrumento convocatório não define objetivamente como se dará os critérios obrigatórios de atendimento pelas Licitantes. Como um dos instrumentos para assegurar a entrega do objeto licitado, é imprescindível que o texto editalício preveja a fase de amostras do sistema de forma objetiva, mecanismos como a execução de uma Prova de Conceito para a contratação de soluções de tecnologia da informação, dão maior segurança jurídica a Entidade, e estabelecer critérios objetivos de julgamento, concedem as Proponentes maior segurança jurídica, e a certeza de uma igualdade de participação no certame.

Em sua página 39, o Termo de Referência do Pregão em comento, determina que durante a fase de Amostras do Objeto às Licitantes deverão atender 100% dos requisitos relacionados ao Padrão Tecnológico e de Segurança do Sistema.

10.7.17 A Avaliação da Amostra do Objeto consistirá consiste na validação dos requisitos mínimos exigidos no Termo de Referência quanto a três aspectos fundamentais da solução ofertada: a) Padrão Tecnológico e de Segurança; b) Requisitos Específicos por Módulo de Programas. Caso a solução ofertada não atenda 100% dos requisitos relacionados ao Padrão Tecnológico e de Segurança, não se passará a etapa de Avaliação dos Requisitos Específicos por módulos de Programas, sendo automaticamente reprovada, por princípio de economicidade, celeridade e utilidade do procedimento.

Adiante, vide página 40, o instrumento convocatório altera o critério de julgamento para 95% (noventa e cinco por cento) de aderência ao certame, conforme se vê abaixo:

10.8. AVALIAÇÃO DE PADRÃO TECNOLÓGICO E DE SEGURANÇA

10.8.1. Para aferir se a solução ofertada atende aos requisitos referentes ao padrão tecnológico e de segurança, deverá a proponente demonstrar, simulando em tempo de execução, de

cada funcionalidade exigida pelo presente Termo de Referência no item “Padrão Tecnológico e de Segurança”.

10.8.2 A proponente deverá atender 95% (noventa por cento) destes requisitos, sob pena de ser reprovada.

Além da plena divergência constante no próprio certame referente ao critério de avaliação da fase de amostragem, que deve ser obrigatoriamente reformada por esta Administração Municipal, tem-se que o percentual de aderência é abusivo e superior ao permitido pelos Tribunais de Contas.

É vedado ao Agente Público a inclusão de cláusulas restritivas e limitadoras, que ferem o caráter competitivo do certame, impondo cláusulas limitantes, como no presente caso, **que exige que seja atendido 100% ou 95% dos requisitos técnicos.**

Sobre o tema, a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul:

É lícito à Administração, como forma de comprovar a experiência anterior das empresas licitantes, exigir a demonstração da execução de um valor mínimo de quantitativos de serviços que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, entretanto, a definição dos quantitativos mínimos exigidos não escapa ao controle da razoabilidade, **não sendo adequada a exigência de quantitativo mínimo para qualificação técnica de quase 100% do estimado para contratação.** (Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Acórdão 3131/2011- Plenário).

(grifo nosso)

Sob este aspecto, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina já decidiu que tal exigência não possui amparo legal, uma vez que fere o Princípio do Julgamento Objetivo, vejamos o trecho do TCE/SC, REP 20/00570652:

As especificações estão presentes no item 7 do Anexo I – Termo de Referência, que começa na fl. 59 dos autos e termina na fl. 124 dos autos: 7. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MÓDULOS DO SISTEMA 7.1 O Sistema de administração e gestão fornecido/ofertado, deverá ser subdividido em Módulos

de Programas. **Para classificação da proponente, é necessário que o sistema ofertado atenda a pelo menos 90% (noventa por cento) dos requisitos por Módulo de Programas. Ou seja, o não atendimento, de pelo menos 90% dos requisitos por módulo (e não geral), ensejará a desclassificação da proponente. [...] Como se constata, não é aceitável, pois os critérios não são objetivos e práticos para uma comissão avaliar os módulos, vejamos.** Para o módulo de planejamento e orçamento, das fls. 59 a 61 dos autos, apresentam 23 + 23 requisitos. Para o módulo de contabilidade pública, execução financeira, das fls. 61 a 70, são 15 + 12 + 62 + 70 + 23, e para a prestação de contas + 11. Para o módulo de recursos humanos e folha de pagamentos, das fls. 70 e seguintes, são 165 + 23 + 25 + 17. E, assim por diante até a fl. 124 dos autos. Segundo regra o Edital, para classificação da proponente, é necessário que o sistema ofertado atenda pelo menos 90% (noventa por cento) dos requisitos por Módulo de Programas. Para o primeiro módulo, que tem 46 requisitos, 90% representa 41,4 dos requisitos do módulo a serem atendidos. Já para o segundo módulo, que tem 203 requisitos, a empresa deve atender 182,7 dos requisitos. Para o terceiro módulo, que tem 230 requisitos, são 207 que a empresa deverá atender. **Sendo assim, o Edital não apresenta claramente os critérios de aceitabilidade da proposta, descumprindo o princípio da vinculação ao instrumento convocatório previsto no caput do artigo 3º, incisos IV e V, no artigo 43 e caput do artigo 45 da Lei Federal nº 8.666/93 [...].**

(grifo nosso)

Nesses termos, a exigência constante nos itens supramencionados são evidentemente descabidas e restritivas e, por consequência ilegais, limitando a participação de empresas e direcionando o certame, por consequência, trazendo prejuízos imprevisíveis ao erário público, de modo que deve ser excluída do ato convocatório esta exigência, republicando-se o Edital, com reabertura de prazo.

3. Dos pedidos

Ante o exposto, considerando que pairam sob este processo, ilegalidades, passíveis de sua imediata suspensão, tal como apontadas acima, confia-se que sejam sopesadas e, assim, que se declare, por decisão fundamentada, a suspensão integral do certame, e consequentemente sua revogação.



Por cautela, na remota hipótese de ver ultrapassado o requerimento acima, a presente Impugnação aponta uma variedade de outras peculiaridades que impõem também a sua imediata suspensão e, se assim entendido, a retificação do certame, com a efetiva e substancial correção das regras editalícias aqui resistidas, para extirpar qualquer nuance que limite a ampla participação de fornecedores.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Criciúma, 13 de setembro de 2023.

Maria Luíza dos Santos Buzanelo
Advogada OAB/SC nº 64.815
Betha Sistemas Ltda
CNPJ 00.456.865/0001-67